

# CORPO SIMBÓLICO, VIDAS MATÁVEIS: UM RELATO SOBRE O SEPULTAMENTO DE UMA FAMÍLIA DE INVISÍVEIS

## SYMBOLIC BODY, MATABLE LIVES: A REPORT ABOUT THE BURIAL OF A FAMILY OF INVISIBLES

Bruna dos Santos Cardoso 1  
Renan Vieira de Santana Rocha 2

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo discutir criticamente acerca de famílias que se estruturam nos moldes do contexto de rua a partir de uma prática de estágio em Psicologia Social Comunitária. Esta vivência desenvolveu-se no Programa Corra Pro Abraço do Governo do Estado da Bahia, cujo público alvo é a população em situação de rua, no período entre fevereiro/2019 a julho/2019. Os dados foram coletados por meio de duas técnicas: observação participante e diário de campo. O estudo caracterizou-se por ser qualitativo e exploratório, o qual teve como método o Relato de Experiência. A partir da análise dos resultados, concluiu-se que há necessidade de melhoria e reestruturação das políticas públicas de assistência a esta população, a fim de garantir os direitos de civildade frequentemente negados. O estudo favorece a reflexão acerca do posicionamento ético-estético-político da categoria profissional psicológica diante do oferecimento de práticas e serviços para a população em situação de rua.

**Palavras-Chave:** População em Situação de Rua. Vulnerabilidade Social. Violências. Família. Psicologia.

**Abstract:** This article aims to discuss critically about families that are structured along the lines of the street context from an internship practice in Community Social Psychology. This experience was developed in a program of the Government of the State of Bahia, whose target audience is the homeless population, in the period between February / 2019 to July / 2019. Data were collected using two techniques: participant observation and field diary. The study was characterized by being qualitative and exploratory, which had the Experience Report as a method. From the analysis of the results, it was concluded that there is a need for improvement and restructuring of public policies to assist this population, in order to guarantee the rights of civility frequently denied. The study favors reflection on the ethical-aesthetic-political positioning of the psychological professional category in view of the provision of practices and services for the homeless population.

**Keywords:** Homeless Population. Social Vulnerability. Violence. Family. Psychology.

---

Psicóloga, UNIFACS – Universidade Salvador. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8812104111417160>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4645-3174>. E-mail: [brunadscardoso1@gmail.com](mailto:brunadscardoso1@gmail.com) 1

Psicólogo Sanitarista, Mestre em Saúde Coletiva, UFBA – Universidade Federal da Bahia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6703546267405322>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4981-2854>. E-mail: [renanvsr@gmail.com](mailto:renanvsr@gmail.com) 2

## Introdução

Perpassando por diversificadas compreensões científicas, em distintos momentos históricos, o termo família dispõe de uma vasta gama de definições. Segundo a autora Maria Lúcia Boarini (2003), a conceituação do que é este primeiro grupo ao qual o indivíduo se insere ao nascer é antiga, porém, paradoxalmente, recente. Ao considerar a invariável necessidade do recém-nascido em obter cuidados de outrem, sendo eles ofertados por sujeitos de vínculo consanguíneo ou não, para sua sobrevivência, o conceito de família é velho. Porém, as conjunturas sociais vão se remodelando ao decorrer do tempo, acarretando em novas configurações de família; por isso, este conceito também é percebido como algo contemporâneo.

Essa concepção dialoga com os pensamentos de Clarissa De Antoni e Silvia Koller (2000), as quais retratam o grupo familiar como o estabelecimento de relações ao longo da vida, independentemente do grau de parentesco dos sujeitos envolvidos. Desse modo, há uma concordância acerca da não existência de um modelo único de arranjo familiar e, sim, na coexistência de múltiplas composições de família em nossa atual sociedade e que, segundo as autoras Paludo e Koller (2008), não deveriam ser alvos de comportamentos inadequados, de caráter preconceituoso e estereotipado. Contudo, o aspecto econômico influi de maneira direta e negativa na atribuição social de qualidade e legitimidade estrutural de uma família, principalmente nas que se originam e se estabelecem em situação de rua.

Esse contexto de vulnerabilidade social é um fenômeno decorrente da ruptura de vínculos familiares anteriores – sendo eles denominados pela Psicologia Sistêmica como família nuclear, referente ao sistema formado pelos pais e irmãos – e da ampliação da fragilidade psicossocial e socioeconômica do país. De acordo com Anne Lise Scappaticci e Sergio Blay (2010) e Luana Andrade, Samira Costa e Fernanda Marquetti (2014), são inúmeros os desdobramentos das motivações descritas anteriormente pelas quais as famílias se encontram em situação de rua. Dentre eles, as violências simbólicas, psicológicas, físicas e institucionais sofridas, o crescimento populacional e o difícil acompanhamento desse aumento por parte das políticas públicas de assistência social e de moradia.

A Secretaria de Direitos Humanos de Brasília, em 2014, efetuou uma pesquisa em mais de 750 municípios brasileiros, cujo resultado estimou que houvesse mais de 70 mil pessoas em situação de rua, sendo 24 mil apenas de crianças e adolescentes (BRASIL, 2014). Dois anos após esse levantamento, outro estudo foi realizado por Natalino (2016) revelando que há, de fato, um significativo aumento dessa população em situação de rua no Brasil, pois, neste respectivo ano, o número subiu para mais de 101 mil pessoas inseridas nessa circunstância.

Diante dessa conjuntura de expansão populacional, foi percebida a importância e, além disso, a imprescindível necessidade de se aproximar dessas pessoas que ocupam os territórios públicos, buscando compreender a dinâmica pela qual elas se organizam e se estruturam enquanto comunidade/sistema. Em seus estudos, Cyntia Sarti (1995) constatou que a percepção do que é família para a população de baixa renda está associada à relação de confiabilidade estabelecida entre os indivíduos, secundarizando a importância do parentesco. Esse construto familiar é permeado pelo compartilhamento ideológico de uma noção de moralidade, no qual “dispor-se as obrigações morais é o que define a pertinência do eixo familiar” (PALUDO, KOLLER, 2008, p. 43).

Segundo Varanda e Adorno (2004), os sujeitos que sobrevivem em situação de pobreza e, supostamente, com um distanciamento da rede de proteção social experienciam vínculos sociais extremamente frágeis. Tais vínculos se fortalecem ou se rompem conforme as “experiências desestruturantes” ao longo da vida de cada indivíduo. O termo em destaque é utilizado pelos autores para caracterizar as experiências que não corroboram para que sejam amplificados os recursos pessoais para enfrentamento dos desafios diários, prejudicando, assim, o potencial de organização interna, a capacidade de se articular com o meio, a autoimagem e a identidade estabelecida dentro do grupo. Estas questões relacionam-se com as estruturas sociais enraizadas em nossa cultura.

No que tange a essa construção e estruturação do arranjo familiar, para além do eixo de moralidade e da fragilidade dos vínculos, há algumas idiosincrasias dessa população que a diferem das demais famílias. As que se estabelecem em um contexto econômico fragilizado,

como as famílias em situação de rua, precisam desenvolver alternativas estratégicas compatíveis com as suas necessidades e para que seja realizada a “manutenção de sua sobrevivência” (MIOTO, 2008). Inclusive, entre as estratégias desenvolvidas, muitas famílias terminam por expor seus membros mais novos (crianças e adolescentes) às situações de risco, como o trabalho nas ruas. Dessa forma, elas encontram “diferentes modos de reação e cuidado de seus filhos diante de situações de violência e risco presentes em suas comunidades e em seus cotidianos de vida” (FINKLER, DELL’AGLIO, 2014).

Observa-se, assim, que, devido às peculiaridades do sistema familiar nos moldes dessa conjuntura, é necessário um olhar mais ampliado e atencioso sobre os cuidados e serviços ofertados. Além disso, é de grande relevância a realização de estudos acerca dessa população como forma de criar subsídios que agreguem na atuação de profissionais que trabalham – ou irão trabalhar – com este público. Portanto, cabe a este artigo o objetivo de realizar uma análise crítica acerca da vivência com uma família em situação de rua, de modo a identificar sua dinâmica e a implicação da atuação técnica-profissional para com o tal sistema familiar, conforme o Método que será descrito a seguir.

## **Método**

O presente artigo constituiu-se ao documentar a vivência de uma estagiária no último período do curso de Psicologia de uma universidade na cidade de Salvador/BA. A aludida vivência foi efetuada em um dos dispositivos do Programa Corra Pro Abraço do Governo do Estado da Bahia, localizado em um bairro popular e histórico. Durante as atividades no campo, foram utilizadas as técnicas de observação participante e diário de campo, como meios de obtenção de informações e registro de percepções.

O programa supracitado foi criado em 2013, por iniciativa da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) do respectivo Estado, sendo fundamentado nas estratégias da Redução de Danos, na perspectiva sanitária e da territorialização. O tal visa promover a cidadania e a garantia de direitos por meio do método da arte-educação a usuários de substâncias psicoativas (SPAs) que se encontram em contexto de vulnerabilidade social. Além disso, o programa objetiva aproximar essa população aos serviços e equipamentos de saúde e às políticas públicas, de modo a empoderar esses sujeitos para que consigam acessar, de forma autônoma e nos mais variados espaços, os direitos que lhes são assegurados por lei (SJDHDS, CRIA, 2016).

Com isso posto, o artigo caracterizou-se por ser um estudo qualitativo e exploratório, cujo interesse foi compreender a dinâmica familiar de um sistema estruturado em situação de rua, os aspectos a ele interligados e as possíveis implicações do fazer psicológico imerso nesse contexto. Dentro dos moldes mais tradicionais de definições e delineamentos de pesquisa, este estudo se aproximou de um tipo denominado Relato de Experiência. De acordo com Daltro e Faria (2019), este tem como finalidade a documentação de experiências vivenciadas durante um exercício profissional, de forma a colaborar com a práxis da área do saber à qual pertence o estudo. Além disso, há uma provocação ideológica e reflexiva acerca do posicionamento profissional em Psicologia frente às demandas contemporâneas.

## **Resultados e discussão**

Ao decorrer da experiência de estágio, houve uma aproximação quanto à compreensão acerca da vulnerabilidade social e das violências sofridas pelas pessoas em situação de rua, em específico por uma família. Foi possível analisar essa realidade pela perspectiva da estruturação multifacetada pelos atravessamentos de variados vetores que enredam e fragilizam o potencial de organização pessoal e familiar dessa população, os quais estão relacionados às questões estruturais da sociedade. Nesse sentido, foi optado descrever e analisar as situações vivenciadas de modo separado, as dividindo em duas principais temáticas: (1<sup>ª</sup>) *Construção familiar em contexto de rua*; e (2<sup>ª</sup>) *Direitos negados, violências ordinárias*.

## Construção familiar em contexto de rua

De acordo com Mônica Gomes e Maria Lúcia Pedreira (2005), não é correto falar de família e, sim, de famílias, no plural, objetivando tornar possível a contemplação da variedade de relações que coexistem em nossa sociedade. No imaginário social, esse sistema familiar seria um grupo de indivíduos que, além de estarem ligados por laços consanguíneos, necessariamente habitam ou já habitaram a mesma casa. Porém, essa perspectiva não engloba os arranjos familiares construídos de formas não tradicionais, como, por exemplo, as famílias que se estabelecem em contexto de rua, as quais não têm uma residência para morar, mas, ainda assim, formam um grupo social que se relacionam cotidianamente, se vinculam como uma unidade de cuidado, transmissora de valores e de suporte emocional; ou seja, se estruturam como família.

Como já relatado anteriormente, são inúmeros os porquês que ocasionam a ida e a permanência de pessoas em situação de rua, sendo necessário, segundo Anderson e Snow (1998), atentarmos para a dimensão da falta existente quanto ao apoio da família nuclear, o qual está presente também ao se estabelecer vínculos com outros sistemas sociais. Esta realidade se ratifica ao longo do curso do estágio quando houve o contato e a aproximação com uma família, cujos membros são dois indivíduos que saíram de suas residências, distanciando-se de seus parentes devido aos conflitos intrafamiliares, e por um membro que foi concebido já imerso nessa conjuntura. Para discorrer posteriormente sobre a dinâmica dessa família supracitada, faz-se necessário conhecer um pouco acerca dos membros que a compõem.

Sujeito S1, gênero masculino, vinte e seis anos, natural de Vitória da Conquista – BA, mantinha um relacionamento com S2 há mais ou menos três anos. Relatou que não tinha contato com sua família há nove anos e justificou sua saída de casa revelando que o relacionamento com seu padrasto era muito conflituoso, pois o mesmo “gostava de tentar mandar em mim” (Diário de Campo, 2019). Seu histórico de atos infracionais iniciou-se na adolescência, passando por casas de acolhimentos destinadas ao público jovem com menos de dezoito anos para cumprir medidas socioeducativas. Já em sua vida adulta, foi preso mais de uma vez. Ele retrata que se deslocou para várias cidades, conheceu muitas pessoas, até que chegou – andando – na cidade de Salvador, onde conheceu S<sup>2</sup>.

Sujeito S<sup>2</sup>, gênero feminino, trinta e um anos, natural de Salvador – BA, é uma pessoa que vive com o HIV, apresenta aspectos da comunicação/fala prejudicados, sendo pressuposto que haja um déficit cognitivo. Devido a isso, há uma dificuldade ao tentar manter conversas muito longas e, conseqüentemente, de estabelecer vínculo, pois há uma resistência, sentimento de vergonha ou uma limitação por parte de S<sup>2</sup> ao tentar se comunicar com sujeitos tidos como estranhos para ela. Tanto S<sup>1</sup> quanto S<sup>2</sup> têm filhos anteriores ao relacionamento deles, três e quatro, respectivamente; porém, ambos não mantiveram contato com os filhos após o nascimento. O único filho que eles conseguiram sustentar o cuidado – mais do que financeiramente – foi o que conceberam juntos, S3: gênero masculino, dois anos, natural de Salvador – BA.

O encontro com essa família ocorreu desde o primeiro dia de ida ao campo, onde os três aguardavam para realizar o processo de higienização pessoal no contêiner<sup>1</sup> do programa. A primeira impressão que obtive da relação familiar foi que “S1 e S2 são cuidadosos com S3, porém ele não tem o mesmo cuidado e zelo com a companheira” (Diário de Campo, 2019). Tal relato foi descrito devido à observação de comportamentos e escuta de falas de S1 para com S<sup>2</sup>, as quais eram expressas de forma agressiva, com conteúdos fortes de ameaça à integridade física da mesma.

Segundo Amazonas et al (2003), a dinâmica estabelecida para organizar as estruturas familiares compostas por sujeitos de baixa renda é por meio da solidariedade que cada membro tem para com os demais, a qual é necessária devido ao contexto de opressão social ao desenvolvimento de cada um deles. Porém, elas afirmam também que essa solidariedade não implica, necessariamente, na existência da harmonia e do consenso familiar, sendo comum, por exemplo, a presença de violências, conflitos, uso de drogas, separações, etc.

<sup>1</sup> O contêiner é um dispositivo do referido programa, cuja finalidade é a de acolhimento e vinculação inicial, por via da oferta de condições básicas para a higiene pessoal.

Para Rosa e Brêtas (2015), as mulheres que se encontram em situação de rua geralmente adquirem determinada tolerância às formas não físicas de violência. Os autores relatam que, quando questionadas acerca das violências sofridas nas ruas, essas mulheres discorrem, quase sempre, apenas sobre situações que envolvem agressões físicas e/ou sexuais. As outras inúmeras ocorrências de violências, sendo estas de cunho psicológico, verbal, simbólico e atitudes negligentes, são retratadas como acontecimentos de menor importância, mesmo acarretando em grande sofrimento.

A partir da segunda semana de estágio, foi percebido que S<sup>1</sup> não costumava manter-se por muito tempo no contêiner, diferente do resto de sua família; mas ficava ao lado oposto ao serviço, onde havia um trânsito muito mais intenso de pessoas. Ao notar tal movimentação e, para além disso, a permanência prolongada de assistidos do programa naquela área, busquei informações com os técnicos sobre esta observação, descobrindo, então, acerca do acentuado comércio ilegal de SPAs naquela localidade. Diante dessa constatação, outra subsequente emergiu: o maior sustento financeiro dessa respectiva família era provido por meio do tráfico, onde S<sup>1</sup> se responsabilizava pelo ganho monetário e S<sup>2</sup> pelos cuidados mais cotidianos do filho. Além do contato com o tráfico devido a sua atividade comercial, S<sup>1</sup> relatou também fazer uso diário de crack e maconha.

Segundo Karelline Vasconcelos Roseantock e Maria Neves (2010), o cenário do contexto de rua é onde muitos indivíduos, desamparados em múltiplas dimensões, procuram por acolhimento e/ou por refúgio em situações cujo risco é elevado, comportando-se impulsivamente e expondo-se a maiores graus de vulnerabilidade e violências. Dentre as formas de se obter acolhimento e refúgio, as quais também podem ser vistas como modos estratégicos de sobrevivência à situação de rua, as principais delas são pelo consumo de substâncias psicoativas e também pelo tráfico de SPAs ilícitas. Moreira, Neil e Silveira (2009) afirmam que tanto o consumo quanto o tráfico estão correlacionados às questões de abandono, instabilidade financeira e emocional, violência e decepções no âmbito pessoal.

Corroborando com as questões correlatas descritas acima, Passos e Souza (2011) retratam que o mercado do tráfico utiliza das fragilidades humanas para seduzir e recrutar jovens, principalmente os que assumem o papel de detentores da geração de renda da família, por meio do discurso de ascensão, melhoria financeira e status dentro da comunidade. Nesse sentido, as ruas, favelas e ocupações possuem uma significativa visibilidade quanto à potência de aquisição de pessoas para executar as atividades – mais arriscadas – do tráfico, assim como para a manutenção desse tipo comércio, pois os próprios sujeitos que trabalham, também consomem. Estes indivíduos escolhidos para entrada no tráfico são tidos como descartáveis, de fácil manipulação e com pouca importância, dentro de uma perspectiva mais macrossocial.

Em conversas rápidas, S1 revelou sentir interesse em voltar para a sua cidade de origem, onde teria sua família nuclear por perto para lhe dar o suporte necessário para conseguir se organizar de tal modo que se distanciasse de atividades ilegais. Ele relatou que levaria junto consigo tanto a companheira quanto o filho, narrando: “Quero que meu filho se orgulhe de mim. Não quero que ele tenha um pai preso ou ausente, que ele não vai se lembrar” (Diário de Campo, 2019). A relação estabelecida entre o pai e o filho era extremamente afetiva e próxima, sendo percebida por toda a comunidade e também pelos técnicos do programa. Inclusive, no PAC (Plano de Acompanhamento do Cuidado – instrumento do programa) de S1 há uma fala dele para quando S3 nasceu: “Meu filho é lindo. Peguei ele no colo, fiquei a noite toda com ele, nunca imaginei que eu ia sentir algo assim” (Diário de Campo, 2019).

De acordo com de Souza et al (n. d.), para essa população que ocupa os espaços públicos e, principalmente, para os que se inserem em contextos de maiores vulnerabilidades, como o envolvimento com o tráfico, há uma idealização acerca da construção de uma futura família ou da remodelação da família atual. Para eles, essa família idealizada assumiria o papel de salvador, a qual seria

a responsável por afastá-los das drogas e mudarem sua situação de vida, e não eles mesmos; também é considerada [a família] como responsável pelo controle do vício, sob o qual, eles mesmos não têm controle (DE SOUZA et al, n.d., p. 16).

Sendo, assim, é possível perceber que o conteúdo emergido nos discursos desse recorte populacional é atravessado por sentimentos de arrependimento, mas também de esperança; porém, dificilmente, há uma mobilização para concretizar o idealizado.

Ao decorrer das semanas, foi notório o distanciamento que estava acontecendo entre S1 e S2. Um raramente estava na presença do outro e, mesmo quando ambos estavam no contêiner, cada um ficava em um lado. S1 já havia comentado acerca da não concordância acerca do modo de cuidar de seu filho, pois ele acreditava que S2 tinha comportamentos displicentes com a criança, gerando alguns conflitos entre os mesmos. Revelou também que, às vezes, sentia vontade de agredi-la fisicamente, porém não o fazia porque “ela é muito fraquinha” (Diário de Campo, 2019).

Nesse contexto, de acordo com Simone Frangella (2004), conflitos, mesmo que pequenos, tendem a adquirir proporções muitas vezes incontroláveis e duradouras entre casais em situação de rua, consequência da fragilidade pertencente ao estilo de vida imposto. Mesmo os carinhos sendo intensos e até constantes, os episódios de conflito normalmente também o são; dessa forma, qualquer embate assume uma proporção exponencial, o que pode provocar posturas desafiantes e agressivas, falas grosseiras e xingamentos. A autora ainda acrescenta que, geralmente, os casais que estão em situação de rua não permanecem com seus filhos, pois “comumente estes estão com as famílias das mulheres ou nos conselhos tutelares” (ibidem, p. 210). Dessa forma, para a família abordada nesse artigo, as motivações que podem acarretar conflitos entre S<sup>1</sup> e S<sup>2</sup> aumentam.

### Direitos negados, violências ordinárias

Após um período de vivências, o programa recebeu uma notificação da Prefeitura de Salvador exigindo que o dispositivo instalado naquela praça fosse retirado do território devido a uma reforma de revitalização que a praça iria passar, denominada Salvador 360. Com isso, o atendimento da população de um grande território deixou, parcialmente, de existir, pois, com a retirada do contêiner, apenas a extensão<sup>2</sup> do programa passou a assistir aquela população. A notícia chegou até os assistidos por meio de uma roda de conversa mediada pelos técnicos, a qual abordou não apenas a saída da unidade, mas também explanou acerca das outras maneiras de se manter o vínculo e a assistência, além de explicar a continuidade do acompanhamento dos casos que já estavam sendo encaminhados.

A saída física do programa no território demarca dois movimentos sociais muito comuns, que têm ganhado força na contemporaneidade e que a maioria das pessoas não se dá conta da existência ou da real intencionalidade dos mesmos: a gentrificação e a higienização urbana. Segundo Smith (2006), a gentrificação é uma mudança de cunho tanto social quanto físico, a qual é desenvolvida simultânea à higienização urbana, através da revitalização de espaços públicos para que as classes médias e altas possam habitá-los, acarretando no aumento do custo de vida nessas localidades reconfiguradas.

As expressões *revitalização* e *requalificação urbana* são utilizadas por Catherine Bidou-Zachariasen (2006) para retratar as modificações infraestruturais acarretadas pelas obras em determinado recorte urbano, como, por exemplo, na praça a qual estava o programa.

Esses termos, citados anteriormente, servem para mascarar as reais motivações para a execução dessas transformações urbanas, pois os processos de gentrificação culminam na impossibilidade de permanência dos moradores antigos que possuem menos recursos financeiros. Ou seja, ocorre a expulsão passiva da população que ocupava aquele território, marginalizando-a cada vez mais, de modo a tentar produzir uma sociedade cuja imagem material não a contempla. Esse recorte populacional torna-se, então, ainda mais invisível perante a paisagem social, sempre sendo deixado nas bordas, as quais são demarcadas pela indiferença, pela discriminação e pelo esquecimento. Dessa forma, são construídas identidades socioespa-

<sup>2</sup> A equipe denominada como extensão é um braço móvel do programa, que cobre localidades não fixas de assistência.

ciais (RANGEL, 2015).

A aplicação das políticas de revitalização é uma estratégia elitista evidente de um urbanismo excludente (higienismo), visto que, para alguns estudiosos, as camadas sociais mais altas consideram – de uma forma não generalizada – a população em situação de rua e os demais sujeitos ‘pobres’ como sujeira humana. Para Silvia Funes (2005), o principal fator dessa exclusão territorial termina sendo a própria segregação espacial, que carrega uma enorme lista de problemas sociais e econômicos correlatos. Tem como consequência o aumento da exclusão e desigualdade social, o que resulta em menores oportunidades de emprego, perpetuando a situação de pobreza e a negação do direito coletivo à cidadania.

Durante a experiência de estágio e, principalmente, na roda de conversa, vários assistidos, inclusive S<sup>2</sup>, trouxeram em seus discursos a importância do programa e do contêiner instalado na praça. O dispositivo demarca um olhar de cuidado e atenção para com aquela população, ocasionando uma dinâmica relacional diferente entre essas pessoas e o restante da sociedade e das ditas figuras de poder. “Não é um olhar qualquer. É um olhar de profissionais de saúde que se posicionam a favor daquele povo, que lhes asseguram direitos. É um olhar de pessoas que têm voz e que são escutadas” (Diário de Campo, 2019). Esse olhar, de certa forma, inibia a ocorrência de violências de múltiplas ordens para com os assistidos.

Então, a saída do território repercute em dimensões maiores do que a da assistência, dos encaminhamentos, das escutas psicológicas, dos recursos de banho/higiene e das técnicas de redução de danos. A saída foi abrir caminho para novos atos de agressão. Foi revitimizar. Foi tampar, mais uma vez, aquela lacuna que lhes permitiu se sentirem humanos, civilizados, existentes. Fanon (2008) traz a percepção de que a baixa atribuição de humanidade a certas identidades define a negação ontológica da existência de direitos equivalentes a todos os indivíduos, além da disparidade reconhecida em corpos torturáveis: que devem ser disciplinados, domesticados, castigados. Esses são, principalmente, os corpos de pessoas em situação de rua, que, por terem perdido seu direito a humanidade aos olhos da sociedade, podem ser abandonados e violentados.

Perto da finalização da roda de conversa, S<sup>2</sup> notou uma movimentação diferente no lado oposto da praça, onde o comércio ilegal costuma se articular, e sinalizou para todos que estavam ao redor sobre a situação. Alguns policiais, juntamente com uma delegada, estavam circulando pelo território, porém o motivo da ação foi desconhecido tanto pelos assistidos quanto pelos profissionais do programa. S<sup>2</sup>, demonstrando-se muito incomodada, relatou que tinha sentimentos de raiva quando se tratava de figuras policiais, questionando-se o porquê deles estarem andando pela praça, já que costumavam passar apenas olhando de dentro da viatura.

Tal tensionamento reverberado em S<sup>2</sup> pode ser compreendido devido ao histórico vasto de violências policiais sofridas pela população em situação de rua. De acordo com Silva Filho (2002), esse tipo de violência é tido como um dos problemas mais predominantes para esse público. Em seu estudo, o autor aborda os relatos dos usuários do CREAS-POP (atualmente denominado de Centro POP), onde os policiais são retratados como os principais autores de casos de violência para com eles. Corroborando com esta perspectiva, Laura Rossi (2015) afirma que esses profissionais têm utilizado de forma abusiva a sua força e seus equipamentos de trabalho, caracterizando, dessa forma, uma conduta antiética e desumanizada.

Porém, essa perspectiva acerca do comportamento policial **não é** uma realidade tomada pelos profissionais dessa área. A vivência da maioria das pessoas, principalmente das que não são consideradas importantes, é de uma violência cruel, possuindo inúmeras vítimas fatais. E S<sup>1</sup> entrou nesta estatística. Ele faleceu durante uma ação policial em uma noite de quarta-feira, menos de uma semana após a saída do contêiner no território. Sobre tal, ao final de uma supervisão em grupo, outra estagiária me entregou tal composição transcrita abaixo, a qual anexei ao meu Diário de Campo. Fala sobre S<sup>1</sup> e tantos outros com histórias semelhantes.

Segrego-me. Não porque assim quis. Segregam-me, em meio ao caos social, jogaram-me entre aqueles que violentam. Não, não fui sempre assim. Ensinaram-me a ser. Ensinaram-me que este é o único jeito possível de ser. Cercam-me a todo instante, invadem todo o meu ser. Desesperado, desanimado,

acomodado, assim estou. A arma que me fere, dispara a bala do preconceito. Meu corpo machucado, ensanguentado, cai. E aqueles ditos violentados por mim, ao verem o meu corpo estirado, derramam as lágrimas da indiferença. E ali, caído, o crime social que me rodeou, sepulta-me. Meu corpo se esvai, minha vida se vai, e torno-me invisível e silenciado, embora eu tenha gritado (Diário de Campo, 2019).

Após receber tal notícia, desloquei-me até a praça, mesmo sem o funcionamento do programa naquele território, durante aquele horário. Mais do que a efetuação de um acolhimento para com  $S^2$ , era necessário assistir e auxiliar nos futuros processos que a morte de  $S^1$  iria acarretar. Logo na primeira etapa, houve um impasse: o reconhecimento do corpo para liberação do mesmo. Como fazer se só quem pode efetuar esse processo é alguém com vínculos consanguíneos ou um(a) companheiro(a) reconhecido(a) legalmente? Sendo assim, foi necessário desenvolver um relatório institucional o qual atestava que  $S^1$  era assistido do programa e que  $S^2$  era, de fato, sua companheira há anos, liberando-a para fazer o reconhecimento do corpo, dando início ao processo do enterro.

O trabalho, muitas vezes, dos profissionais é o de emprestar-se ao sujeito assistido, é o de colocar-se disponível para o outro. Diante dessa situação,  $S^2$  precisou dessa figura técnica, capacitada e validada socialmente para manejar as ocorrências, de modo a realizar o funeral o mais rápido possível, a não ter custos com isso, a entrar em contato com a família de  $S^1$  para dar a notícia, etc. Enquanto as questões burocráticas estavam sendo resolvidas,  $S^2$  expressou durante uma conversa: “Não sei o que fazer agora. Não sei como vou voltar ‘pra’ minha casa [ocupação] sem ele. Eu não entro lá sem ele. Não me sinto segura” (Diário de Campo, 2019).

O desamparo e a desorientação desta mulher após a morte de seu companheiro foi evidente, pois todos os planos que tinha eram vinculados a  $S^1$ , inclusive o de “recomeçar” em outra cidade. Uma técnica do programa relatou que “ $S^2$  era completamente desorganizada antes de conhecer ele. Ela se estruturou muito durante o relacionamento. Eles funcionavam muito bem juntos, apesar dos conflitos” (Diário de Campo, 2019). Diante disso, fez-se necessário um acompanhamento mais aproximado do caso da assistida porque, além de emocionalmente, ela e o filho eram dependentes financeiramente de  $S^1$ . “Ele, invisível, morreu enquanto morte. A família, invisível, morreu enquanto vida” (Diário de Campo, 2019).

## Considerações Finais

Como foi dito anteriormente, este artigo teve como objetivo discorrer e discutir acerca de uma experiência de estágio com enfoque em Psicologia Social Comunitária. Segundo Bondía Larossa (2002), “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, por isso, é possível afirmar que este documento foi construído com subsídios de relatos de experiências reais, vivenciadas de forma legítima e intensa. A produção resultante diz respeito aos afetos, efeitos e inscrições de marcas que os agenciamentos deixaram no sujeito da experiência: profissional da ciência psicológica.

Foi necessário compreender que há diversas contradições referentes ao trabalho com o respectivo público. Pois, mesmo havendo políticas públicas que se baseiam na lógica da inclusão, respeito e empoderamento desses indivíduos, há também movimentos de retrocesso delegados pelo poder público que impedem a circulação dos mesmos em serviços da rede de saúde, além da existência, ainda, de ações higienistas.

Dessa forma, é importante pensar que para uma atuação pautada em uma perspectiva social, onde a Psicologia está para todos, inclusive para as pessoas presentes neste cenário, é necessário compreender, reposicionar sob novas perspectivas a ciência psicológica e reestruturá-la. Esta precisa estar a serviço do desenvolvimento de novas máquinas sociais que trabalhem a favor das populações diversas, de forma a tentar eliminar e resistir aos decalques de modelo de mundo que ferem o direito, a existência e a dignidade de corpos.

Diante disso, fez-se indispensável refletir sobre o posicionamento ético-estético-político frente às inúmeras demandas e necessidades de melhoria ou de reformulação das estratégias de assistência e prestação de serviços à população em situação de rua. Quanto a dimensão ética, foi possível reconhecer uma provocação que direciona ao questionamento acerca do direito à vida e como este se exerce frente à população em situação de rua. Estética quando se é retratado os modos de produzir o ofício da Psicologia e das demais profissões do cuidado, ao nos deslocar para o espaço da rua como *setting* de trabalho. E político porque evidencia que o nosso trabalho não será fértil se não houver a reflexão sobre estes casos como exemplos, extratos do mundo e de suas contradições.

Logo, faz-se evidente a importância ao contar este relato de experiência e a história desta família, pois é como forma de explicar as várias outras histórias que coexistem da mesma forma e que morrem desse mesmo jeito. Uma verdadeira postura pós-Direitos Humanos na Psicologia precisa lançar mão em prol da defesa dessas pessoas e dando voz as mesmas.

## Referências

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida et al. Arranjos familiares de crianças das camadas populares. **Psicologia em estudo**, v. 8, n. SPE, p. 11-20, 2003.

ANDRADE, Luana Padilha; COSTA, Samira Lima da; MARQUETTI, Fernanda Cristina. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 4, p. 1248-1261, 2014.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine et al. De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. 2007.

BOARINI, Maria Lúcia. Refletindo sobre a nova e velha família. **Psicologia em estudo**, v. 8, n. SPE, p. 1-2, 2003.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, n. 19, p. 20-28, 2002.

BRASIL. Saúde da população em situação de rua: um direito humano. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

DALTRO, Mônica Ramos; DE FARIA, Anna Amélia. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Sílvia Helena. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 5, n. 2, p. 347-381, 2000.

DE SOUZA, Cintia Amélia et al. VOZES DA RUA: um relato de experiência com moradores de rua.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. SciELO-EDUFBA, 2008.

FINKLER, Lirene; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Famílias com filhos em situação de rua: percepções sobre a intervenção de um programa social. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 53-66, 2014.

FRANGELLA, Simone Miziara et al. Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em São Paulo. 2004.

FUNES, Sílvia Maria Morales. Regularização fundiária na cidade de Piracicaba-SP: ações e con-

flitos. 2005.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, p. 357-363, 2005.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e políticas sociais. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**, v. 2, p. 130-148, 2008.

MOREIRA, Fernanda G.; NIEL, Marcelo; DA SILVEIRA, Dartiu Xavier (Ed.). **Drogas, família e adolescência**. Atheneu, 2009.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Texto para discussão, 2016.

PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Silvia Helena. Toda criança tem família: criança em situação de rua também. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 42-52, 2008.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 154-162, 2011.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. O esvaziamento do conceito de gentrificação como estratégia política. **Cadernos Naui, Florianópolis**, v. 4, n. 7, p. 39-57, 2015.

ROSA, Anderson da Silva; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, p. 275-285, 2015.

ROSENSTOCK, Karelline Izaltemberg Vasconcelos; NEVES, Maria José das. Papel do enfermeiro da atenção básica de saúde na abordagem ao dependente de drogas em João Pessoa, PB, Brasil. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 4, p. 581-586, 2010.

ROSSI, Laura Barbosa. A violência policial como infração a dignidade das pessoas em situação de rua. **Unisanta Law and Social Science**, v. 4, n. 1, p. 49-65, 2015.

SARTI, Cynthia A. O valor da família para os pobres. **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**, v. 10, p. 131, 1995.

SCAPPATICCI, A. L. S. S.; SL, Blay. Mães adolescentes em situação de rua: uma revisão sistemática da literatura. **Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 32, n. 1, p. 3-15, 2010.

Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, & Centro de Referência Integral de Adolescentes. Corra pro abraço: o encontro para o cuidado na rua. Salvador, 2016.

SILVA FILHO, D. S. Feios, sujos e malvados—os "sem-teto" e o mundo do trabalho na Rua. **Cadernos de Sociologia e Política**, v. 5, p. 129-151, 2002.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, p. 59-87, 2006.

SNOW, David A.; ANDERSON, Leon; VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. **Desafortunados:**

**um estudo sobre o povo da rua.** Vozes, 1998.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e sociedade**, v. 13, p. 56-69, 2004.

Recebido em 30 de julho de 2020.

Aceito em 09 de outubro de 2020.